

RELATÓRIO

Objeto: Verificação das demandas das comunidades atingidas no que tange o processo de reparação dos danos socioeconômicos decorrentes da operação da Mineração Riacho dos Machados

Município: Riacho dos Machados/MG

Comarca: Porteirinha/MG

Solicitante: Dr. Jorge Victor Barreto da Cunha/Promotor de Justiça

Referência: PAAF nº MPMG-0433.18.001795-9

1. Considerações iniciais

Trata-se de visita técnica, no âmbito da qual foram realizadas 2 reuniões públicas pela Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização do Norte de Minas (Cimos Norte/MPMG) no dia 22 de maio de 2019, sendo: 1) a primeira, no turno da manhã, na comunidade de Ribeirão, com representantes das comunidades de Ribeirão, Mumbuca e Rodeador e; 2) a segunda, no turno da tarde, na comunidade de Ouro Fino com representantes daquela comunidade.

A visita técnica teve como objetivo verificar as condições de vida das populações atingidas pelo empreendimento Mineração Riacho dos Machados (MRDM LTDA.), no Município de Riacho dos Machados/MG, para fins de levantar e qualificar as demandas por reparação socioeconômica da comunidade, decorrentes da operação do empreendimento instalado naquele local.

Adotou-se a metodologia de reunião comunitária, com mediação direcionada por questões geradoras, aberta para inscrições e depoimentos dos representantes das comunidades. Buscou-se dar conta de registrar e especificar as percepções dos atingidos e ao mesmo tempo informá-los acerca dos seus direitos. Também foram coletados depoimentos com os atingidos, por meio de entrevistas que foram gravadas.

Ressalte-se que a origem da demanda de realização da visita técnica foi a solicitação de apoio da Promotoria de Justiça da Comarca de Porteirinha quanto ao objeto deste relatório.

Adicione-se que a subscritora do presente foi acompanhada por representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Referência em Direitos Humanos do Norte de Minas (CRDH Norte) na ocasião da visita.

2. Dos direitos dos atingidos por grandes empreendimentos

Antes de tratar do objeto específico do presente feito, faz-se necessário trazer algumas noções sobre o conceito e os direitos dos atingidos por grandes empreendimentos, o que será detalhado nesta seção. Para tanto, fundamentou-se, principalmente, nas considerações da Nota Técnica da Cimos/MPMG, intitulada “Assessoria Técnica Independente e Escolhida Pelos Atingidos Empreendimento - Rio / Anglo American”.

Pode-se determinar como atingidos pela implantação e operação de empreendimentos todo aquele que mantinha relação com as áreas afetadas e com os recursos naturais e/ou artificiais e culturais, então disponíveis, por meio de relações econômicas (produção, comércio, agricultura, pecuária, pesca, subsistência, artesanato etc.), de trabalho (meeiros, parceiros, arrendatários, empregados rurais formais e informais etc.), comunitárias (vizinhança, parentesco, compadrio, relações de troca, solidariedade e sociabilidade etc.) e simbólicas ou culturais (igrejas, cemitérios, festas tradicionais, locais de culto e lazer, etc.).

Destaca-se também que:

[...] a noção [de atingido] não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária [...] Assim, ao abordar a discussão acerca do conceito de atingido é necessário compreender que se está discutindo acerca do reconhecimento e legitimação de direitos (VAINER, 2008, p.39).

Parte-se do pressuposto, portanto, de que a instalação de grandes empreendimentos possa gerar processos de mudança que interferem em várias dimensões e escalas (cultural, social, econômica e territorial) da vida do indivíduo e da coletividade, alterando sua organização, restringindo o acesso aos seus meios de vida e sua capacidade de manutenção de modos de vida específicos, o que legitima seu direito à reparação.

Frequentemente os empreendedores têm reconhecido como atingidos apenas aqueles que são proprietários de terras que serão utilizadas para a instalação das estruturas necessárias ao funcionamento do empreendimento. No entanto, a instalação e a operação de projetos minerários provocam uma série de danos para as comunidades que vivem em seu entorno, como barulho, poeira, tremores, dificuldade de acesso à água e a áreas anteriormente utilizadas, mortandade de

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

peixes, mudança forçada na dinâmica econômica local, dentre outros. Tais danos são, frequentemente, desconsiderados no âmbito do licenciamento ambiental.

É preciso, portanto, em uma análise socioantropológica, ressaltar as relações sociais dos atingidos, os laços intra e intercomunitários, o que está sendo atingido e de que forma. Assim, o conceito de atingido deve incluir, também, todas as pessoas, grupos, famílias e/ou comunidades, que sofram algum dano ou tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento, fazendo jus, portanto, à justa reparação, compensação e/ou indenização pelo empreendedor em razão dos danos sofridos.

Na referida Nota Técnica, sugere-se que a atuação ministerial, no âmbito da reparação socieconômica dos danos causados por grandes empreendimentos, leve em consideração o direito à indenização assegurada em negociação fundiária e/ou por meio de reassentamento (individual ou coletivo); com a garantia do direito de participação das pessoas atingidas das comunidades nos levantamentos dos cadastros fundiário, social e patrimonial, nos planos de negociação fundiária e/ou de reassentamento, assegurando-se o estabelecimento de critérios de indenização, de compensação e/ou de reassentamento coletivamente pactuados. Indica ainda que seja garantido o direito à assessoria técnica independente, de caráter multidisciplinar, escolhida pelas pessoas atingidas das comunidades e custeada pelo empreendedor. A assessoria técnica independente tem sua justificativa como condição necessária para a garantia da participação efetiva dos atingidos no processo de levantamento e reparação dos danos. Importante destacar também, que Ministério Públíco de Minas Gerais têm atuado, ainda, recomendando que as negociações para reparação de danos a essas populações sejam, prioritariamente, coletivas.

Ainda, em termo de referência construído visando garantir assessoria técnica independente aos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho, tem-se as seguintes definições:

A assessoria técnica visa, de forma multidisciplinar, garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes do Rompimento [...] A assessoria técnica será independente e vinculada somente às demandas e necessidades das pessoas, famílias e comunidades atingidas, por elas escolhida de forma autônoma (Força Tarefa Brumadinho, 2019)

É fundamental conferir aos atingidos, portanto, maior protagonismo e efetiva participação na gestão, acompanhamento e controle das ações de reparação. Para

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

tanto, sugere-se a garantia do direito ao apoio de assessorias técnicas autônomas, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos nos processos de tomada de decisões das comunidades atingidas, de forma a favorecer a adoção de medidas que realmente atendam aos interesses e direitos transindividuais, reconhecendo-se as assimetrias de poder entre os diferentes atores, com interesses antagônicos, envolvidos no processo.

Importante ressaltar que a Política Estadual de Segurança de Barragens, Lei 23.291/2019, em consonância com a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, Lei 12.334/2010, tonou-se um grande avanço para Minas Gerais contra a insegurança trazida pelas barragens de mineração espalhadas, trazendo como princípios a prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos e a prioridade para as ações de prevenção, fiscalização e monitoramento.

3. Da caracterização das comunidades

Ante os elementos colhidos na oportunidade da visita técnica acima destacada, é possível considerar que as comunidades de Mumbuca, Ribeirão, Rodeador e Ouro Fino estão localizadas no município de Riacho dos Machados/MG, próximas às instalações da MRDM LTDA. Parte das habitações das comunidades está localizada a jusante da barragem de rejeitos e inserida na sua zona de autossalvamento.

As comunidades de Ribeirão I, Mumbuca e Rodeador são compostas por aproximadamente 48 famílias, sendo que se organizam numa Associação comunitária que conta com 32 associados. Já a comunidade de Ouro Fino é composta por cerca de 20 famílias. A maioria dos moradores é nascida naquela região e possui relações de parentesco entre si.

A atividade econômica predominante é a agricultura familiar, tendo sido possível verificar *in loco* a presença de plantios, como hortas, quintais e pomares e; de criação de animais, tais como galinha, porco e gado.

4. Da especificação dos danos e das demandas por reparação socioeconômica das comunidades

4.1. Mumbuca, Ribeirão, Rodeador

Na reunião realizada com as comunidades de Mumbuca, Ribeirão e Rodeador, os presentes relataram sofrer danos em relação a possíveis alterações na quantidade de água dos rios Ribeirão I e Rodeador e dos poços da região, que teria

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

diminuído muito ao longo dos anos em decorrência, em tese, da instalação da mineração naquele local: “Hoje, o rio existe, mas tá seco, tá pouco. Água barrenta e suja. Você pisa e só tem lama”; “De antes ele era perene e limpo. Ele abastecia todos. Todos nós usava a água. Ele é que abastecia nós pra beber”; “A mineração acabou com o rio”; “A gente sofre muito nessa parte que eu já falei... trabalhando perdido. Porque não chove... as águas são meio inconstante. Vem caindo... Perdendo lavouras...”; “O Ribeirão e o Rodeador tudo era perene. Aquele poço nunca mais a gente vai ver como ele era não... Cada ano vai só aterrando... precisa de muita chuva pra levar esse aterramento”; “Agora o poço que era muito fundo, no Ribeirão, dura só até julho, mais ou menos... acabou”; “Essas consequências na água do rio é por causa da chuva e da mineradora. Tudo faz parte” (Declarações de comunitários durante a reunião). Nas entrevistas que foram gravadas também apareceu essa questão:

Olha, em respeito da água, nós tem “os rio” aqui né... Tem o Ribeirão e o Rodeador. Então, “os rio” era muito rico de água. Depois dessa mineração aí, a pouca água que ajunta, tem muito barro, e a gente espera que pode ter até veneno. Certo? No Ribeirão (Depoimento de Valfrido Machado Silva).

Diante a gente tinha, como diz, não tinha preocupação sobre algum dano que podia causar. Então foi, então depois que a empresa chegou, aí tudo mudou sobre os rios, que a gente usava eles direto. As “muié” lavava roupa, a gente tomava banho. Hoje não pode, hoje não tem jeito, só virou lama no rio (Depoimento de Valdivino Machado da Silva).

De forma similar, também foi apontada preocupação em torno da qualidade da água, no que diz respeito a possível contaminação do poço artesiano e dos rios por metais pesados e rejeitos da mineração. Nesse sentido, também manifestaram queixas em relação à falta de informação e de repasses aos moradores locais quanto aos resultados das análises que são feitas pela Mineradora: “Nós tem o rio aqui e tá sem poder utilizar. De lá da mina desce uma lama e só sobra a lama vermelha. O rio tá abandonado. Ninguém esperava que acontecia isso...”; “Dizendo eles que eles fazem análise do rio, mas a gente não confia”; “Diz que fazem a análise da água, mas não mostram pra comunidade... Demora pra mostrar...”; “A empresa não informa os resultados das análises e esconde a realidade sobre a contaminação para o povo”; “Já tem uns 6 meses ou mais que não temos acesso aos resultados das análises da água do poço 25”; “A gente preocupa de atingir os lençóis freáticos e os poços”(Declarações de comunitários durante a reunião).

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

Cabe esclarecer que, segundo os informantes, o acesso à água nos locais é feito por meio dos rios (Ribeirão e Rodeador), para dessedentação animal e agricultura, e pelo poço 25, utilizado para dessedentação humana e animal e para as atividades agrícolas: “a gente perfurou o poço que abastece a comunidade. Ninguém utiliza mais a água do rio... Esse poço é riquíssimo” (Declarações de comunitários durante a reunião).

Os comunitários presentes também fizeram relatos acerca dos casos de famílias que teriam migrado do local, supostamente, pelos danos e sofrimentos causados pela Mineração. Parte daquela população, portanto, teria sido compulsoriamente deslocada: “Mudou um bocado de gente para o Riacho [dos Machados], mas frequentam suas propriedades”; “Tem os que tem sítio e mora na cidade”; “A maioria das pessoas saíram da comunidade depois da Vale, de sentimento... tava faltando água, água poluída do rio...” (Declarações de comunitários durante a reunião).

Outra constante preocupação dos presentes, foi com relação ao possível rompimento da barragem, uma vez que parte deles mora em locais de maior risco, a jusante da barragem e na zona de autossalvamento. Eles relataram que se sentem desinformados quanto à segurança da barragem, uma vez que não acessam aos laudos que já teriam sido feitos: “A maior preocupação nossa é isso daí, da barragem estourar”; “Não confio no barramento, que não leva ferro e nem concreto. Se eu fosse engenheiro, não aprovava aquilo”; “Agora a gente fica com preocupação da barragem estourar” (Declarações de comunitários durante a reunião). Isso também apareceu nas entrevistas realizadas:

Então, nós são muito preocupado com isso, porque se tiver descendo o veneno mesmo, vai atingir muitos lugares. Não só Ribeirão, como Goiabeira, como a barragem do Bico da Pedra, Janaúba né. Então, e nossa preocupação muita é que a barragem pode desabar, a preocupação nossa né. Se ela chegar a desabar aí, nós tudo tem que sair daqui né, então é o problema que a gente pensa muito na vida né... [...] Então eles tocou lá [a sirene] e veio, pra ver se nós ouvia, né. Fez reunião com nós ali em cima, né, e eu não escutei tocando lá da minha casa. Então não vai adiantar nada, porque, se cá quebrar, es vai tocar, [até parece que nós] vão fugir né [risos] (Depoimento de Valfrido Machado Silva).

Então a gente, a preocupação da gente, é sobre se vier “anos bons” de chuva, aquela barragem não “guenta”. Cê vai lá, só a terra solta lá. [...] E chover, igual já choveu aqui, ô gente, ela não “guenta” nem a metade “das água”, ela vai embora. E aí tá dentro da preocupação aí, que acaba tudo. Então é isso aí, a gente, de antes a gente tinha a vida a boa. Não tinha preocupação com essas coisas. Hoje a gente tá aí, preocupado (Depoimento de Valdivino Machado da Silva).

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

Outro possível impacto da mineração na vida das comunidades, abordado na reunião, foi a poeira, em intensidade que seria razoável, e o barulho, gerados pela operação do empreendimento: “Aqui tem o problema da poeira. A gente não percebe nas casas não, mas se subir em cima do morro, dá para ver a poeira. Quem sofre mais é Piranga e Ouro fino. Aqui vem o barulho das explosões” (Declaração de comunitário durante a reunião).

Também foram feitos relatos acerca da má qualidade das estradas que dão acesso às comunidades e que também são transitadas pelos veículos da empresa. Segundo os presentes, a Mineradora teria jogado pedras nas estradas para facilitar a circulação dos seus caminhões, o que prejudicaria o trânsito de veículos pequenos e geraria o seu maior desgaste.

Além disso, foi abordada pelos comunitários a frequente ocorrência da entrada de profissionais da empresa nas propriedades particulares dos moradores locais, sem a devida autorização e informação dos mesmos. Relatou-se acerca de ocasiões em que fizeram marcações nas propriedades, sem seus conhecimentos e sem que soubessem a finalidade da ação. Também informaram que já entraram nas propriedades para fazerem estudos e usaram drones para sobrevoar os locais. Até foi feito relato de morador que teria tido medo, por não conhecer a referida tecnologia. Seguem outras declarações sobre o assunto: “Estão soltando drone nas comunidades e não explicam o motivo para gente”; “A empresa não avisa quando entra nas comunidades e também com os drone”; “No tempo da vale, eles romperam cercas, abriram picadas, gado entrou... Hoje, eles faz é uma cruz assim...”; “Eu não sei porque eles estão marcando. Na minha propriedade eu cheguei hoje e tava marcado. Eu sei que eles estão avaliando alguma coisa, mas não sei o quê”; “Hoje, dentro da minha propriedade, estava marcado um cruzamento com cal. Antes já teve também. Eu não sei quem, não vi o cidadão e não sei a finalidade. Eu suspeito que é ponto de alguma coisa...”; “Na minha casa também tem a marcação. Estão marcando hoje. E não pediram. Eu perguntei e eles responderam que é para o caso de a barragem estourar...”; “Todos nós temos o direito assegurado de propriedade, então, todos nós tinha direito de saber sobre essas marcações”. (Declarações de comunitários durante a reunião)

Também foram noticiados casos de possíveis abordagens inadequadas e arbitrárias dos seguranças armados da empresa para com os moradores locais,

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

ocasiões em que são parados nas estradas que transitam e em que, frequentemente, são solicitados seus documentos pessoais e/ou dos seus veículos. Como, tradicionalmente, criam gado a solta, os moradores também relataram acerca de situações em que são abordados e/ou impedidos de buscar seu gado, em locais que são próximos às instalações do empreendimento: “la pegar uns animais que estava solto e a empresa fechou umas partes. Estou aguardando liberação da empresa para passar e poder buscar meu gado. Ontem, “travez”, eu tornei a falar com ela [funcionária da Mineração]”; Fui buscar uma égua e o guarda bateu a mão pra mim. Eu parei, mas não fui lá não. Ele que tinha que vir. E aí eu continuei. Na volta ele só olhou pra mim e eu segui, não tinha nada pra falar com ele...” (Declarações de comunitários durante a reunião).

Informaram, ainda, que a empresa não teria beneficiado as comunidades no âmbito da geração de empregos locais: “Quase ninguém é empregado na Mineradora. Pega mais é pessoal de fora”. (Declaração de comunitário durante a reunião). Essa visão foi corroborada por depoimento de um dos moradores, que foi gravado, no qual também identificou-se a queixa referente ao fato da empresa não ter gerado empregos em benefício da população local:

E hoje tem essa firma aí da Mineradora, nem empregar o pessoal aqui da região da comunidade nossa, ela não emprega. Traz o pessoal de fora. Então, de todo jeito pra nós é muito sentimento né, porque o pessoal tá precisando ganhar, e ela não emprega ninguém daqui. Então, não sei, ela só trouxe problema pra gente (Depoimento de Valfrido Machado Silva).

Manifestou-se também a preocupação com as gerações futuras, tendo em vista os danos ambientais, que poderiam gerar impactos de média e longa duração: “A gente se sente muito abatido. E a nossa preocupação é que um dia essa firma vai embora e fica só o veneno. Quem ficar, pode ser muito prejudicado” (Declaração de comunitário durante a reunião). Em outra entrevista, também foi mencionada a questão:

O problema é que ela pode sair daí um dia e deixar o veneno aí. Esse veneno pode descer, e elas já não estão aqui mais... Às vezes não vai chegar no fim da minha vida. Quem vai ver isso daí é um filho meu, neto, um bisneto, né? Pode acontecer isso aí. Então, a gente imagina muito isso aí, se a barragem chegar desabar uma hora né. (Depoimento de Valfrido Machado Silva)

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

Apontou-se, ainda, que não acreditam na eficácia das consultas médicas que estão sendo realizadas por médicos da parte da empresa e do Município, mediante acordo com o MPMG, para geração de dados visando estudo epidemiológico local. Segundo os presentes, as consultas estão sendo realizadas, mas não estão sendo solicitados exames mais aprofundados, o que, na visão deles, não contribuiria com a geração de nexo causal entre o estado de saúde da população e os impactos gerados pelo empreendimento.

Sobre acordo para construção de barraginhas no rio Rodeador, que banha parte das comunidades, foi feita denúncia acerca de possível contaminação da água que gerou mortandade de peixes e mau cheiro, em propriedade da comunidade de Rodeador. Além disso, foi informado que as barraginhas que estão sendo construídas não gerariam barramento de água em quantidade satisfatória para atender a demanda de consumo hídrico das comunidades:

A criação chega pra beber a água... Só cheira a água e volta... Isso foi sábado, esse sábado agora fez 8 dias que nós construiu essa barragem. Estou bebendo da água do caminhão-pipa. [...] Depois, o menino meu veio e tirou [os peixes mortos]. A mulher da barragem mesmo falou comigo que viu "os peixão" aí morto. [...] As piabinha você podia juntar a mão cheia de piaba. Não ficou uma. A gente chegava estava "freviando". Nem daqui e nem de lá. Então essa água eu tava pegando para beber era aqui. Limpinha. [E agora ninguém] bebe não, que a gente fica com medo de beber essa água, se foi algum produto que colocou no cimento, ninguém sabe [...] A vantagem maior é que a barragem fosse mais alta (Depoimento de José Antônio Machado).

Durante a ocasião da reunião pública nas comunidades em tela, enfim, foi manifestado que parte considerável da população deseja permanecer vivendo naquele local: "Não quero sair daqui. Nasci e vivi aqui..."; "A gente não sabe o que vai acontecer daqui pra frente. Os que tá aqui hoje ama aqui, o local que foi nascido..."; "A maioria quer ficar aqui. Pra mim, aqui é minha terra natal, é aqui que eu quero ficar. Ninguém quer sair não"; "A gente tem amor à propriedade" (Declaração de comunitário durante a reunião). Como forma de compensação pelos danos causados, informaram que desejam a perfuração de mais poços artesianos e a construção de barraginhas no rio Ribeirão I:

[...] no caso da água né, eu acho que a firma deveria furar uns poços aí fora da margem do rio, né... Às vezes fora não dá água contaminada. Mas na margem do rio aqui, eu acredito que tá. (Depoimento de Valdivino Machado da Silva)

4.2. Ouro Fino

Na reunião realizada na comunidade de Ouro Fino foi recorrentemente apontado que aquela população se sente prejudicada pela poluição atmosférica e pela produção de poeira, em detrimento da operação do empreendimento e da intensa circulação de veículos no local. Tal poeira geraria prejuízos à saúde e ao bem-estar da população, tais como ardência nas narinas, dor de cabeça, alergias e problemas respiratórios, consoante depoimentos: “Nós somos prejudicados vinte e quatro horas, nós corre risco com o veneno, que o vento traz”; “O que mais prejudica é o veneno. Quando o tempo toca, ele faz o redemunho e traz o veneno... é o fedor da barragem, chama polpa... E tem dia que é pior. E a poeira não é só em Piranga lá... É tipo uma goma. Se subir num morro dá pra ver...”; “E esse fedor de veneno. Será que a gente vai ficar com isso toda vida? Comunica isso lá, pra ver se ele ou dá pra nós outra casa, ou indenização... lá em casa, a gente não sabe se fica lá fora, ou se fica lá dentro, depende do movimento do vento”; “Quando o tempo muda pra chuva, o vento muda, vira, e a poeira vem”; “Nós também mora na beira da estrada e é muita poeira. Tem que saber até a hora de lavar a roupa”; “A gente vai ter que ficar tolerando essa poeira até quando, se eles não quiserem nos indenizar?” (Declarações de comunitários durante a reunião).

Também foi relatado acerca da ausência da devida manutenção das estradas que acessam à comunidade e que seriam utilizadas para a circulação dos veículos da empresa. Explicou-se que a empresa teria colocado rejeitos rochosos da mineração, que compõe a pilha de estéril, nas estradas, visando sua manutenção, mas dificultando o trânsito de carros menores e de motos: “Nós põe uma rodinha no carro, na mesma hora já pipoca”; “Essa estrada, com tanto de máquina que eles tem, eles não presta pra consertar. Eles passam de carro quatro por quatro, a gente passa de moto e cai”; “Prejudicou... piorou demais. Pra quem anda de moto, de carrinho...”; “O carro fica batucando pra todo lado”; “Até moto, afrouxa tudo”. (Declarações de comunitários durante a reunião). Na entrevista com um dos atingidos, a questão também veio à tona:

Então eu acho assim, tinha que resolver. As estradas está ruim. Eu creio que, antes da mineração chegar, essas estradas era boa. As estradas ficou ruim. Nós não tem um Prefeito que passa uma patrola pra nós. Nós talvez não vamos cobrar tanto da Mineração, porque isso daí já faz parte da Prefeitura né. Que, com certeza, a verba da mineração está entrando na Prefeitura. Então, talvez, não vai nem esforçar de fazer isso pra nós. Mas, pra falar a verdade pra você, nós não tem Prefeito, nós não tem vice, nós não tem nada aqui, tamo jogado aí no mato aqui. Entendeu? Não tem ninguém da nossa região que olha por nós (Depoimento de morador da comunidade de Ouro Fino).

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

Segundo os participantes da reunião, a operação do empreendimento também incomodaria a população em relação às explosões que geram tremores e rachaduras nas casas: “Explosão faz é chacoalhar a casa...”; as explosões sentem aqui, chega a estremecer a casa. As vasilhas chegam a tinir”; “As explosões podem vir a qualquer momento, entre meio dia e quatro horas da tarde. Antes era só onze e meia, agora não tem hora certa e nem dia certo...” (Declarações de comunitários durante a reunião).

Haveria também uma preocupação em torno da qualidade da água no que diz respeito à contaminação do rio e do poço utilizado pela comunidade por metais pesados, o que já teria sido constatado por análises técnicas: “O problema meu é a água, que o poço 30 está contaminado”; “Muita gente está usando a água do poço 30 ainda”; “Abaixo da barragem, hoje a gente tem medo de tomar um banho... Nem criação está querendo tomar água, porque está muito vermelho”; “No rio antes tomava banho, tinha piabinha, peixinho, tinha tudo”; “Todo mundo é abastecido pelo poço 30. Muitos estão usando é ela”. (Declarações de comunitários durante a reunião).

Ou ela abre um poço pro pessoal, porque esse problema deixa a gente muito preocupante... porque é a única água que a gente tem, pra utilizar pra beber, dentro de casa, pra fazer comida. Entendeu? Então, eu queria que eles tomassem uma decisão e resolvesse o problema pra nós. [...] Agora eu não sei informar pra você se os que fazem a análise lá, se passa “as informação”. Foi cobrado! Entendeu? Eles fazer essa análise lá e passar pra nós. “Ês” não tá passando. Entendeu? Não chega não. Eles faz a análise, porém, eles não passa o resultado pra nós. Eles não passa, não tá passando não. É tanto que foi até cobrado. A roberta que trabalha na Mineração e que dá assistência na comunidade e, pra mim mesmo, nunca passou não, só se passou pra ele, mas pra mim mesmo nunca passou não. Então, assim, isso deixa a gente muito preocupante né... (Depoimento de morador da comunidade de Ouro Fino).

Segundo a representante da CPT, presente na reunião, a Mineradora, desde a época da Vale, teria contratado a empresa Cronos para realização da análise da água dos poços locais, e a Mineradora atual teria continuado a realizar os estudos por meio da mesma instituição. O Instituto Prístino, porém, por intermédio do Ministério Públíco, teria feito análise dos laudos produzidos por aquela empresa e detectado contaminação com metais nos poços de Ouro Fino e Piranga, além de fragilidades na metodologia utilizada, quanto a periodicidade das coletas de dados. A partir disso, a Mineradora teria ficado responsável por fazer a análise quinzenal da água, em que teria sido detectado antimônio, ferro e urânio no poço 30, que a comunidade de Ouro Fino usa. O acordo seria que, sendo detectada contaminação,

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

a Mineradora teria que abrir outro poço para a comunidade, sendo que, os presentes demonstraram interesse em saber se estavam sendo tomadas providências para perfuração do novo poço.

Em decorrência da contaminação do poço 30, algumas famílias já teriam se mudado, compulsoriamente daquele local: “Eu e minha família já saímos de casa, por causa da água. Fiquei preocupado pela contaminação da água, porque o poço é quase no terreiro da minha casa. Aí eu ficava cismado... Fiquei um tempo trazendo água do Riacho, mas era muito difícil”; “Vou sair na semana que vem, por conta da água. Só tem uns ‘mil litro’ de água, que colhi da chuva. Vou pagar aluguel na rua”. (Declarações de comunitários durante a reunião).

A “questão” de eu ter precisado sair daí né? Pois é, o “pobrema” que eu tive de sair daí. Por isso, desde que eu fiquei sabendo que a água estava contaminada e nisso já vinha, tempos atrás, e a empresa não comunicou com ninguém. E aí quando eu fiquei sabendo, eu corri atrás, pra ter mais certeza, que tive uma certeza dessa e nós fomos mexer com a firma. Ela não faz nada pra gente. Nós propôs eles dão água potável, eles não deu. Falou que não dava. Então eu fiquei naquela, eu nascido e criado aí, meu pai também foi nascido e criado aí. Ele saiu daí foi depois de “veião”, foi pro riacho e faleceu. Aí eu fiquei, mas eu não consegui. Quando eu fiquei sabendo da água contaminada, eu não conseguia tomar a água. Passei aí, não sei quantos mês pegando água no Riacho. Mas a maior “dificuldade”... trazendo água do Riacho pra gente tomar aí. Tinha hora que acabava e a gente não tinha quase nem condição de buscar. E naquela, tornando a conversar com a firma, “es” não resolvia nada. E foi indo que tive que sair. Mas saiu assim, o coração fica doendo que, porque é lá do lugar da gente, que foi o lugar da gente sobreviver... então a gente fica muito é, sem graça... (Depoimento de Luzimar Pereira dos Santos)

Hoje, o que a gente sente aqui, além de ser humilhado pela mineração, a gente não tem paz, não tem sossego, é o que a menina acabou de falar. Vai na torneira pegar a água, já vai com a aquela impressão ruim: vou pegar água contaminada. Eu resido aqui na comunidade, mas estou me deslocando para a cidade. Eu tenho uma irmã que é doente, é deficiente, sabe? Eu tenho que ficar ao lado dela, né... 100% ao lado dela. [...] e a água que a gente usa aqui, que é de qualidade, é a da chuva. A não ser a da chuva, eu vou buscar água no Riacho [dos Machados]. Busco a 20 km aqui do “Marinho”, pego dos meus vizinhos. Até quando eu vou ficar aguentando essa vida? Não só eu, todo mundo. Da água do poço a gente usa para banho, talvez. E mesmo assim eu sinto um pouco que a água do poço, não sei se é a cisma, aquela coisa, parece que quando a gente banha tá dando “piniquim”, não sei. Entendeu? Pego água “anté” para tomar banho, no vizinho, água de um poço, “astesiano” né. Então é isso, é o que a gente sente hoje, humilhado aqui na comunidade sobre a mineração, e não tem paz nem sossego. É isso que eu queria falar... (Depoimento de Mário Paulo Aparecido de Oliveira)

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

Parte daquela população, portanto, foi compulsoriamente deslocada e, outra parte teve que passar a conviver com a mineração e seus efeitos deletérios. Nesse sentido, foram apontados possíveis danos à saúde dos moradores locais pela atividade minerária e/ou preocupação em relação aos riscos à saúde a que estariam expostos. Foi relatado a ocorrência das seguintes doenças em indivíduos daquela comunidade, que, em tese, podem ter sido causadas pela contaminação das águas e do ar: alergias, doenças renais, problemas gastrointestinais, inchaços e anemia. Algumas entrevistas gravadas também endossaram a questão:

Quanto à Mineradora, foi muito bom ela ter vindo, tem gente que conseguiu emprego, mas agora com todo esse problema que está nos causando, deixou a gente muito triste né. A gente vê o lugar da gente... De repente quem sabe poder né, sair. Aí vem o problema da água causando problema de saúde. Tem aí as minhas crianças, tenho 4 filhos, né... não é brincadeira não. Primeiramente é só Deus né, Deus, buscar de Deus. E força pra dar a gente conhecimento [...] Eu nem sei o que falar, porque a poeira, os meninos está com problema de alergia a poeira. (Depoimento de Carmelita)

É porque lá é o seguinte, a poeira lá, igual eu mesmo, meu olho tem muita irritação. E fora que nós gripa lá, não é de frio não, com mudança de tempo não, é com poeira mesmo que gripa nós lá (Depoimento de Daniel).

Peguei uma alergia que eu desconfio... Descobri que é da poeira... Só eu vir aqui [na comunidade], tomar poeira, chego lá [na cidade] ruim, com a garganta toda tampada. Fico lá, já “aliveia”. Agora mesmo eu vim, só vendo, como é que está tampado... Eu vou e volto. Só tomo a poeira mesmo... (Depoimento de Luzimar Pereira dos Santos)

Foram feitas queixas com relação às consultas médicas, acordadas no âmbito de acordo com o MPMG, para geração de dados para estudo epidemiológico nas comunidades. Segundo os informantes, as consultas, que são feitas por médicos cedidos pela empresa e pelo Município, seriam superficiais, pois não são realizados exames médicos aprofundados. A população esperava que fossem realizados *check-ups* e que as avaliações médicas fossem associadas a exames laboratoriais, visando à produção de dados mais consistentes quanto ao estado de saúde das pessoas e sua possível relação com a mineração.

Outra questão que gera preocupação na população é o receio quanto ao rompimento da barragem. Mencionou-se que haveria cerca de 5 famílias que

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

estariam em áreas de maior risco, além de uma igreja. Foi feito relato acerca de ocasião em que foi feita simulação de evacuação para as pessoas que vivem na zona de autossalvamento da barragem, em que um casal de idosos teve que ser buscado por carro da empresa, uma vez que esses não teriam condições físicas de se deslocarem de forma autônoma, o que tem gerado preocupação àquela família.

Também foram feitas declarações com relação ao possível inadequado e arbitrário tratamento por parte dos seguranças da empresa com a população local: “Tem o caso da dona Naldir, que faleceu. Fui buscar ajuda e me deparei com o guarda armado, como se eu fosse um bandido”; “Fui lá conversar com os guardas e fui recebido mal. Pedi meus documentos, o documento da moto. Eu acabei quase que discutindo por causa disso. E quando meu irmão estava passando lá, eles parou ele, pediu o documento, o documento da moto”; “Também tive um desentendimento, que eu tava no ponto de sinal de celular e eles me gritaram perguntando o que eu tava fazendo”; “Chegou [o guarda] já com a mão na arma, me perguntando onde eu moro, meu nome, como se fosse policial”; “Fui barrado pelos guardas quando fui pegar meu gado. E outra vez eles foi me acompanhado até na reunião”; “Estava limpando a Associação e os seguranças, que sempre andam armados, chegaram perguntando o que estava acontecendo. E eu falei que estava arrumando para a reunião”; “Até foto eles tiram. Até de mim eles tiraram foto, na estrada...” (Declarações de comunitários durante a reunião).

Todos os fatores supramencionados gerariam sofrimento de ordem psicológica e emocional na população local: “Isso aí se tornou, tirou a paz e o sossego [...] A gente não vai mais pegar uma água na torneira com aquela tranquilidade”; “Hoje a mente da gente, a gente é cansada. Isso vai matando a gente aos pouquinhos”. Além da preocupação com o futuro das próximas gerações, que também foi mencionado: “E as criancinhas? E o futuro das crianças como é que faz?”.

Dessa forma, durante a ocasião da reunião pública a maior parte dos comunitários manifestaram a necessidade de saírem daquele local e de serem indenizados. Outra parte manifestou que não deseja sair do local, apontando o interesse quanto à perfuração de mais poços artesianos para garantir a existência daquelas populações: “Não tenho interesse de sair daqui, mas tem que ser aberto outro poço”; “O desejo nosso é ser indenizado, que eles podem por veneno no resto; “O mais certo pra nós é que indenizasse nós lá, de Lucimar pra lá...”; “O ideal é que

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

eles indenizasse o povo. As estradas geram muita poeira. Abrir o poço é bom, mas o melhor é indenização. O bom era se indenizasse a pessoa...”; “Eu quero ficar, se eles colocarem outro poço, que não o 30”; “Nós é a poeira. Sair, a gente não quer não”; “Meu esposo falou assim, se a firma comprasse lá, que ele não queria ficar não”; “Eu penso assim, que a mineração não vai tirar todo mundo. Só quem tá mais em risco. Mas nós que estamos mais afastados, eles tinha que dar nós uma água potável”; “Pelo meu conhecimento sim, eu acho que a maioria, se caso a mineração indenizasse, o terreno do pessoal, a casa, eu falo pra você que a maioria aí saia”. (Declarações de comunitários durante a reunião).

5. Parecer

Restou evidente que muitas das demandas apresentadas foram comuns a todas as comunidades que estiveram representadas nas reuniões. Entretanto, nas comunidades de Mumbuca, Ribeirão e Rodeador, verificou-se que a população não deseja se deslocar daqueles locais. Já entre os representantes da comunidade de Ouro Fino, verificou-se que a maior parte das famílias tem interesse por ser indenizada. Cabe ressaltar, contudo, que é necessário que seja feito um levantamento mais preciso e aprofundado, em que conste as demandas específicas de cada família, quanto a reparação socioeconômica, o que esta visita técnica não deu conta de esgotar.

Conforme demonstrado acima, portanto, faz-se necessária a continuidade da atuação do Ministério Públco, tendo em vista a garantia do pleno acesso, pelas comunidades de Mumbuca, Ribeirão, Rodeador e Ouro fino, aos seus direitos reparatórios no âmbito socioeconômico, em decorrência da operação da Mineração Riacho dos Machados. Para tanto, tem-se as seguintes sugestões que poderão ser observadas pela Promotoria de Justiça da Comarca de Porteirinha:

1) Realização de tratativas para mediação dos interesses dos atingidos das comunidades com os representantes do empreendimento Mineração Riacho dos Machados (MRDM LTDA.), visando à devida reparação socioeconômica daquela população, garantindo-se seus direitos à participação e controle no que tange aos acordos, reputando-se o apoio da Cimos Norte na adoção desta medida;

2) Realização de tratativas com os representantes do empreendimento Mineração Riacho dos Machados (MRDM LTDA.) visando à garantia de assessoria técnica independente e especializada aos atingidos, reputando-se o apoio da Cimos Norte na adoção desta medida;

Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas

3) Verificação do cumprimento dos termos do acordo com o MPMG, quanto ao estudo epidemiológico previsto, e, sendo necessário, realização de tratativas com a Mineração Riacho dos Machados (MRDM LTDA.) e o Município de Riacho dos Machados/MG visando ao aprimoramento das consultas médicas estabelecidas no acordo referido;

4) Verificação do cumprimento dos termos do acordo com o MPMG, quanto às análises da água dos poços das comunidades locais, e, sendo necessário, realização de tratativas com a Mineração Riacho dos Machados (MRDM LTDA.) visando ao devido repasse dos laudos às populações atingidas e ao aprimoramento das informações, garantindo-se transparência e acesso pelas comunidades.

6. Contatos dos representantes das comunidades

- Luzimar – Ouro Fino: (38) 999665675
- Renilson – Mumbuca: (38) 99734-5077

7. Anexos

- Registros fotográficos das comunidades.

Referências Bibliográficas

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Assessoria Técnica Independente e Escolhida pelos Atingidos / Empreendimento – Rio / Anglo American. Belo Horizonte, 2017.

VAINER, Carlos. Conceito de “atingido”: uma revisão de debate e diretrizes. In: Franklin Daniel Rothman (Org). Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1^a Ed. Viçosa, UFV, 2008, p. 39.

Montes Claros/MG, 24 de junho de 2019.

Marcella Nunes Cordeiro Costa
Assessora – Historiadora
Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais do Norte de Minas
Ministério Públco de Minas Gerais

Anexo 1 – Registros fotográficos das comunidades







